

# Cresce a resistência dos trabalhadores, o governo vacila

*Victor Meyer<sup>1</sup>*

Nos dois últimos meses, assistimos o ressurgimento do movimento operário, que começa a superar os impactos negativos sofridos desde 15 de março. Os primeiros sinais importantes de reação do movimento sindical aparecem por volta do 1<sup>o</sup> de maio. O movimento ganhou vulto com as manifestações operárias na Via Anchieta e com as greves posteriores, que envolveram metalúrgicos, petroleiros, bancários, trabalhadores das estatais, motoristas, etc. O movimento não pode ainda abandonar o terreno da defensiva, mas dentro da defensiva tem havido avanços substanciais. Não estamos mais na depressão que, nos idos de março, colheu o movimento dos trabalhadores no seu conjunto.

Comparativamente com a situação criada imediatamente após a posse do atual governo, a reação do movimento dos trabalhadores representa o dado novo, o delimitador de um ambiente que se instala no país mais claramente a partir de junho. Não obstante tratar-se de um movimento de cunho defensivo, sua presença em cena mudou, direta ou indiretamente, a marcha ofensiva do governo Collor.

Pode-se objetar que muitos dos recuos dados pelo governo decorreram de atitudes tomadas pelo Judiciário ou mesmo pelo Congresso, a exemplo da derrubada da medida provisória que cassava o poder dos TRTs de conceder aumentos salariais. Não se pode negar que as principais derrotas políticas sofridas pelo governo ocorreram em batalhas travadas no Judiciário e no Congresso. Mas este é apenas o aspecto mais superficial do fenômeno. A verdade é que, tanto o Judiciário quanto o Congresso vinham sendo fustigados pelo Executivo desde 15 de março, mas somente se encorajaram a tomar atitudes independentes quando sentiram a presença das lutas dos trabalhadores, a nível nacional.

Podemos tomar como marco o mês de junho, quando uma nova situação se instala no país. O movimento dos trabalhadores ainda não conseguiu derrubar nenhum dos atos que caracterizam - na forma específica que a imprime o governo Collor - a ofensiva do capital. Mas já foi suficientemente forte para quebrar a mística do poderio do novo governo, obrigando-o a titubear, a alterar ritmos e metas. O fato é que a entrada em cena dos trabalhadores cataliza reações outras, como as já mencionadas atitudes do Judiciário e do Congresso, este último ansioso pelos votos das próximas eleições. A crise política passou a assumir múltiplas facetas, e a situação do governo Collor piorou de um modo geral.

Isto não quer dizer que as ameaças de desestabilização das instituições da democracia formal estejam superadas. É possível que uma forma específica de movimento de índole golpista, aquela cuja marca registrada apareceu claramente nos primeiros atos do atual presidente, tenha perdido fôlego. Mas a crise prossegue, se manifesta na pulverização dos partidos burgueses, no próprio enfraquecimento de um governo empossado há menos de quatro meses, ao mesmo tempo em que os problemas econômicos e sociais do país se agravam. A crise avança agora dentro de um governo que se enfraqueceu, que não está conseguindo realizar integralmente sua estratégia de saneamento do capitalismo brasileiro.

Algumas questões centrais estão pendentes. Por exemplo, o arrocho salarial, ele existe na prática, obviamente, mas o governo não consegue consolidar esta prática em regras estáveis. O que significa que a resistência dos trabalhadores colocou um limite para o avanço da política governamental e poderá, num segundo momento, forçar o governo a um recuo. Por outro lado, a inflação está de volta, o que significa que as diversas forças sociais não se acomodaram às regras do jogo tentadas pelo Plano Collor. Aliás, a burguesia já

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

recuperou os recursos confiscados em março, de modo que somente a classe média pagou por um programa antiinflacionário que já dá sinais de fracasso (a liquidez da economia já recuperou, virtualmente, os níveis de antes do Plano Collor).

Estas questões pendentes indicam que os decretos de 15 de março se chocam com forças vivas que, sob formas e graus diversos, os recusaram. Vivemos uma situação intermediária, aparentemente caótica, quando as leis ou regras do novo governo não conseguem se firmar. Porque as lutas desencadeadas não tiveram ainda qualquer desfecho marcante. O governo e os capitalistas estão assegurando o arrocho na prática, e nesta medida ainda estão em posição vantajosa na luta. Mas se não conseguirem transformar a posição que ocupam em regras estáveis é porque estão sob o fogo da resistência dos trabalhadores. Esta resistência, por sua vez, vai criando um ritmo próprio. Os êxitos parciais realimentam a força do movimento, e vão criando um "círculo virtuoso" que poderá em breve levar os trabalhadores a vitórias e pontos de viragens nessas lutas.

O governo Collor está longe de haver alcançado uma situação de equilíbrio. Os seus projetos fundamentais estão sendo questionados, e por isto a crise política deve se agravar. Note-se que a política industrial, anunciada como uma espécie de trunfo do governo em meio à maré de desgastes, pelo menos num primeiro momento deverá acirrar a desorganização da produção. Os efeitos pretendidos, no médio e longo prazos, tendo em vista a internacionalização e a concentração do capital, estarão na dependência da reação do capital financeiro internacional. Por enquanto, a liberação da economia deverá provocar quebraadeira e agravar a recessão.

Para os trabalhadores, as condições para uma intervenção (dentro de um provável quadro nacional agravado) melhoraram desde maio, ou junho. Melhoraram na medida em que a resistência se alastrou. A propósito, vale registrar o fortalecimento da CUT e o desgaste do "sindicalismo de resultados" ao longo desses meses. Mas o ambiente continua altamente tenso entre os trabalhadores, em decorrência da crise e do desemprego.

*(Informe Conjuntural, CEPAS, Salvador-BA, julho de 1990)*

Este documento encontra-se em  
[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)

---